



# Ética de la discusión y principios de la administración pública: el administrador público mentiroso y la improbidad administrativa

---

 rdai.com.br /index.php/rdai/article/view/268

## Autores

---

- Caroline Müller Bitencourt <https://orcid.org/0000-0001-5911-8001> 
- Janriê Rodrigues Reck <https://orcid.org/0000-0001-9162-8941> 

## DOI:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.17.cmb>

## Palabras clave:

---

Noticias falsas, verdad, ética en el debate, buena fe, administración pública, mala conducta administrativa

## Resumen

---

El tema de este trabajo es la práctica política de difusión de noticias falsas por parte de agentes políticos en el Brasil contemporáneo y la posible aplicación de la ley de faltas administrativas.

vigente Ley de Mala Conducta Administrativa

Enlace agregado por el complemento vLex por violación del principio de buena fe de la Administración Pública. Así, explora cómo es posible relacionarlo con el principio de buena fe administrativa para apoyar el deber del administrador de decir la verdad. El problema que impulsa este trabajo se puede caracterizar como: es posible interpretar la Constitución Federal

vigente Constitución de la República Federativa de Brasil

Enlace agregado por el complemento vLex y la Ley de improbabilidad administrativa

vigente Ley de Mala Conducta Administrativa

Enlace agregado por el complemento vLex como guardianes de un deber ético de decir la verdad que surge de la buena fe administrativa y ¿cómo puede contribuir la ética de la discusión a esta interpretación? La hipótesis es que sí, existe la incidencia de la ley de faltas administrativas

vigente Ley de Mala Conducta Administrativa

Enlace agregado por el complemento vLex al funcionario público mentiroso. Para confirmar la hipótesis, será necesario llevar a cabo tres objetivos, a saber, conectar la ética de la discusión con las fake news; vincular esta construcción al principio de buena

fe de la Administración Pública y; finalmente, fundamentar la aplicación de la ley de faltas administrativas

vigente Ley de Mala Conducta Administrativa

Enlace agregado por el complemento vLex al agente que viola el deber de buena fe al difundir noticias falsas. El método utilizado será el hipotético deductivo, ya que la hipótesis de aplicabilidad de la ley de faltas administrativas

vigente Ley de Mala Conducta Administrativa

El enlace agregado por el complemento vLex se probará argumentativamente.

## Biografía del autor

---

### Caroline Müller Bitencourt

---

Doctor en Derecho (2012) con Post-Doctorado de la PUC-PR (2019). Maestría en Derecho (2009). Especialista en Derecho Público (2007). Catedrático de la Universidad de Santa Cruz do Sul.

### Janriê Rodrigues Reck

---

Doutor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009). Mestre pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2006) e Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003). Professor do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul.

## Referências

---

APEL, Karl-Otto. Transformação da Filosofia I: filosofia analítica, semiótica, hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2000.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede -A era da informação: economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venâncio Majer. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CRUVINEL, Diogo Mendonça. Fake news e o custo da informação. In: RAIS, Diogo (Coord.). Fake News: a conexão entre desinformação e o direito. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

FERREIRA, Vivian Maria Pereira. O dolo da improbidade administrativa: uma busca racional pelo elemento subjetivo na violação aos princípios da Administração Pública. Revista Direito GV, São Paulo, v. 15, n. 3, 02.12.2019. Disponível em: [\[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SI808-24322019000300211&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#fn10\]](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SI808-24322019000300211&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#fn10). Acesso em: 09. 01.2020.

GIACOMUZZI, José Guilherme. A Moralidade Administrativa e a Boa-fé da Administração Pública: o conteúdo dogmático da moralidade administrativa. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

HABERMAS, Jürgen. A Ética da Discussão e a Questão da Verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Agir Comunicativo e Razão Destranscendentalizada. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la Acción Comunicativa, I. Madrid: Taurus, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos. Madrid: Catedra, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Verdade e justificação: ensaios filosóficos. São Paulo.

HORNEY, K. Neurose e desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo: Boi.tempo, 2020.

LEAL, Rogério Gesta. Déficits Democráticos na Sociedade Riscos e (Des)caminhos dos Protagonismos Institucionais no Brasil. São Paulo: Tiram la Blanch, 2020.

LEAL, Rogério Gesta. O Direito Penal e Processual Penal na Sociedade de Riscos: aspectos teóricos e pragmáticos (estudos de casos). São Paulo: Tiram lo Blanch, 2020.

MENDONÇA, Suzana. A boa fé na atividade administrativa. e-Pública, Lisboa, v. 5 n. 1, jan., 2018. Disponível em: [ [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-184X2018000100010](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2018000100010) ] . Acesso em: 19.01.2020.

MORIN, Edgar. O Método 5: a humanidade da humanidade. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

NASSA, Thulio Caminho to. A boa fé no regime jurídico de direito administrativo. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Reviravolta Lingüístico-pragmática na Filosofia Contemporânea. São Paulo: Loyola, 2001.

PASE, Eduarda Simonetti. Condições e possibilidades de cumulação das sanções parlamentares em face das estabelecidas pela Lei de Improbidade Administrativa e o seu tratamento na jurisprudência do Poder judiciário Brasileiro. In: BITENCOURT, Caroline Muller; LEAL, Rogério Gesta. Temas da Jurisdição do Tribunal de justiça do Rio Grande Do Sul: Polêmicos Matéria de Corrupção e Improbidade Administrativa - Estudo De Casos. Porto Alegre: Tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

RICHTER, Luiz Egon Richter; BEBER, Augusto Carlos de Menezes. Os atos culposos de improbidade administrativa à luz do direito fundamental à Boa Administração Pública. In: BITENCOURT, Caroline Muller; LEAL, Rogério Gesta. Temas da jurisdição do Tribunal de justiça do Rio Grande Do Sul: Polêmicos

Matéria de Corrupção e Improbidade Administrativa - Estudo De Casos. Porto Alegre: Tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.

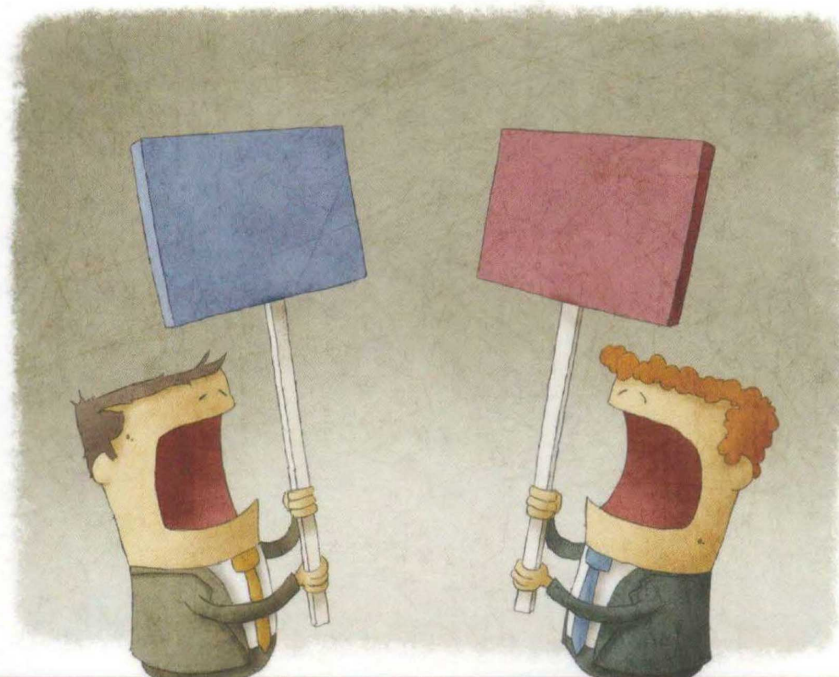
SILVA, Clóvis do Couto e. O principio da boa-fé no Direito Brasileiro e Portugues. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

THOMPSON, John B. Critical Hermeneutics: a study in the thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas. Cambridge University Press: New York, 1990.

WITTGENSTEIN, Ludwig. O Livro Azul. Lisboa: Edições 70, 1992.

**NESTA EDIÇÃO:**

## ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,  
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAl** 17

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,  
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E  
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

**Publicado**

2021-07-01

## Como Citar

---

BITENCOURT, C. M.; RECK, J. R. Ética da discussão e princípios da administração pública: o administrador público mentiroso e a improbidade administrativa: Discussion ethics and principles of public administration: the lying public administrator and administrative improbity. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 43–64, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.cmb. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/268>. Acesso em: 11 ago. 2021.

## Edição

---

v. 5 n. 17 (2021)

## Seção

---

Direito Administrativo: Princípios do Direito Administrativo

## Licença

---

Copyright (c) 2021 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI

 Licencia Creative Commons

Este trabajo tiene una licencia internacional Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivaciones 4.0 .

Esta revista tiene licencia de (CC BY-NC-ND). La

presentación y publicación de artículos es gratuita; revisado por pares; la revista usa CrossCheck (anti-plagio); y cumple con la Guía de editores de *COPE*; *Comité de Ética en Publicaciones* , además de las recomendaciones de Elsevier y SciELO. Consulte las Reglas de presentación y evaluación de RDAI .